

Clipping Diário

TJPI



21.06.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	21.06.2018	-	-

JUSTIÇA

86% dos processos de violência doméstica estão pendentes no TJ

Nayara Felizardo e Maria Clara Estrêla
Portal ODIÁ

Após três casos de feminicídio ocorridos em menos de 24 horas no Piauí, nesta terça-feira (19), um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) traz um dado preocupante. O Estado apresenta a maior taxa de congestionamento nos processos de violência doméstica contra a mulher no Brasil. De toda a demanda de casos que corriam no âmbito do Tribunal de Justiça do Piauí ao final

de 2017, 86% não haviam sido julgados.

O Piauí aparece no topo da lista dos Estados com maior número de processos pendentes junto com o Rio Grande do Norte, que apresenta 85% dos casos sem julgamento, e o Maranhão, que tem taxa de 82%.

Segundo os dados do CNJ, o Judiciário piauiense julgou e decidiu 2.222 casos de violência doméstica ao longo de 2017. Para um Tribunal de Justiça de pequeno porte, como é considerado pelo Conselho, o TJPI apresentou

O Piauí aparece no topo da lista dos Estados com maior número de processos pendentes

uma boa performance em relação a 2016, que encerrou com 1.873 casos de violência

doméstica decididos.

No entanto, o desempenho não foi suficiente para atender toda a demanda de casos novos, e o TJPI segue como um dos tribunais com a menor quantidade de processos julgados e decididos do Brasil.

De acordo com os dados do CNJ, o índice de atendimento à demanda do TJPI ao final de 2017 era de 47%, uma porcentagem menor que a de 2016, que ficou em 49%. Também estão em uma posição desfavorável os TJ do Rio Grande do Norte (38% de), Maranhão (53%) e Espírito Santo (65%).



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Portal AZ	20.06.2018	-	-

Feminicídio: 41 processos aguardavam decisão do TJPI em 2017

O Tribunal de Justiça do Piauí tinha 41 processos de feminicídio para decidir ao final de 2017. Desde a edição da Lei n. 13.104, em 2015, o assassinato de uma mulher em função do gênero tornou-se qualificadora do tipo penal homicídio, que se tornou hediondo, quando cometido nessas circunstâncias.

De acordo com o Mapa da Violência, de 2015, o número de mulheres vítimas de homicídio aumentou de 3.937 para 4.762 entre os anos de 2003 e 2013. Para fazer frente ao fenômeno social, os magistrados da Justiça Estadual emitiram no ano passado 4.829 sentenças, 2.887 a mais que em 2016.

Um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta que o volume de processos é maior que a capacidade da Justiça de julgar responsáveis pelos crimes. O ano de 2017 terminou com 10,7 mil processos de feminicídio sem solução da Justiça, de acordo com o estudo “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha – 2018”, elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ), com base em informações prestadas pelos tribunais de Justiça. Entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres subiu 8,8%, descontado o crescimento vegetativo da população feminina brasileira. O perfil mais visado por essa violência é o da mulher negra (preta e parda), com idade entre 18 e 30 anos. Esse crescimento veio acompanhado de um fluxo mais intenso de ações penais na Justiça.

Enquanto a responsabilização criminal dos assassinos produziu 1.287 novos processos em 2016, o número saltou para 2.643 casos novos no ano seguinte. Embora expressiva, a presença de feminicídios nos tribunais brasileiros ainda é subestimada.

Ao consultar os 27 tribunais de Justiça para elaborar o levantamento, o DPJ/CNJ notou que os tribunais tinham dificuldades técnicas para registrar corretamente ações de feminicídio nos seus sistemas estatísticos, principalmente devido ao fato de o tipo penal ser relativamente recente. Em alguns casos, o número baixíssimo de casos (especialmente em 2016) indica evidente subnotificação do fenômeno.

Violência nacional

Os números do feminicídio na Justiça compõem um quadro mais amplo de violências diversas contra mulheres. Em 2017, tramitaram na Justiça Estadual 1.448.716 processos referentes à violência doméstica e familiar, o equivalente a, em média, 13,8 processos a cada mil brasileiras.

Embora os magistrados tenham baixado (resolvido) 540 mil processos ao longo do ano passado, restaram 908 mil pendentes de decisão judicial ao final de dezembro de 2017. Entre as várias espécies de violência doméstica contra a mulher, a Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, inclui tanto as formas físicas da violência, como a doméstica, quando a agressão ocorre dentro de casa, por agressor que é parente, companheiro ou que divide a moradia com a vítima, quanto as psicológicas, como calúnia, difamação ou injúria contra a honra ou a reputação da mulher.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
G1	20.06.2018	-	-

TJ-PI tem maior taxa de processos de violência doméstica não julgados

Segundo o CNJ, 86% dos casos não foram julgados no Tribunal de Justiça do Piauí em 2017. No mesmo ano, nenhuma sentença de feminicídio foi proferida.

Com **17 casos de feminicídio registrados este ano**, o Piauí apresenta a maior taxa de congestionamento nos processos de violência doméstica contra a mulher no país. Segundo o levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de toda a demanda de casos que corriam no âmbito do Tribunal de Justiça do Piauí ao final de 2017, 86% não haviam sido julgados.

No mesmo ano, o tribunal recebeu 4.702 casos novos referentes à violência doméstica contra a mulher e decidiu 2.222 deles. Outros 13.278 casos de conhecimento criminais ficaram pendentes. Na média, o índice de atendimento à demanda o Piauí teve a segunda menor quantidade de processos julgados, 47%.

Em 2017 foram iniciados apenas 10 casos de execução penal em violência doméstica contra as mulheres. Seis vezes menos que em 2016, quando foram iniciados 61 casos de execução penal. Ano passado, 42 casos ainda estavam pendentes e 38 foram baixados. A fase da execução penal caracteriza o cumprimento da decisão judicial e os dados sobre execução servem para monitorar o cumprimento das sentenças.

Levantamento do CNJ analisou andamento de processos nos tribunais estaduais (Foto: Reprodução/CNJ) Conforme o levantamento, o Piauí conta apenas com uma vara e juizado exclusivo em violência doméstica e dois setores psicossociais especializados no atendimento à vítima. Apesar disso, o estado está entre os 15 dos 27 tribunais estaduais que possuíam equipe de atendimento considerada adequada

Já os casos de feminicídio, em 2017 foram registrados 2.643 casos novos na Justiça Estadual do país. No Tribunal de Justiça do Piauí havia no ano passado 41 casos pendentes de feminicídio, seis estavam estagnados (que acontece quando a causa acaba ou quando nenhuma das partes se movimenta no processo) e, o mais grave, não houve nenhuma sentença proferida. Em 2016 também não houve sentença.

Entre as várias espécies de violência doméstica contra a mulher, a Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, inclui tanto as formas físicas da violência, como a doméstica, quando a agressão ocorre dentro de casa, por agressor que é parente, companheiro ou que divide a moradia com a vítima, quanto as psicológicas, como calúnia, difamação ou injúria contra a honra ou a reputação da mulher.